

07/12/2023 – Dia Internacional Contra a Corrupção

Celebrar o Dia Internacional Contra a Corrupção tem significados especiais neste ano de 2023.

Estamos, afinal, comemorando os 20 anos da assinatura da Convenção da ONU Contra a Corrupção, ocorrida em 9 de dezembro de 2003, no México.

Estamos, também, comemorando uma história muito próxima de nós. E que tenho a certeza de que é muito cara a todas e todos que estão aqui: os 20 anos da criação da Controladoria-Geral da União, com estatura ministerial.

Instância chave responsável pela defesa do patrimônio público no governo federal, a CGU chega às suas duas décadas de história como uma instituição sólida, experiente, dotada de um corpo funcional que é um dos mais qualificados do Poder Executivo.

Cabe lembrar um pouco de sua história.

Até o ano de 2002, as funções hoje desempenhadas pela CGU se encontravam dispersas. Tínhamos a Secretaria Federal de Controle Interno no Ministério da Fazenda, a Ouvidoria-Geral no Ministério da Justiça e a Corregedoria-Geral na Presidência da República. Não havia órgão central, capaz de pensar, formular e conduzir, de maneira integrada, políticas complementares entre si.

A decisão do Presidente Lula de criar um Ministério especializado em 2003, no primeiro ano de seu mandato, foi muito além de uma mera aglutinação administrativa.

A criação da CGU representou, na verdade, uma revolução institucional no modelo que se tinha até então de um órgão de controle interno. Criou-se uma instituição à altura do desafio da promoção da integridade pública e privada.

Em seus dez primeiros anos, o novo ministério estabeleceu as fundações institucionais e normativas da guinada que se concretizaria no campo da transparência e do controle dos recursos públicos.

Encontramos logo nos seus dois primeiros anos como um Ministério, em 2003 e 2004, três importantes marcos da história da CGU.

O primeiro deles foi a assinatura da Convenção da ONU contra a Corrupção pelo Presidente Lula, junto com o saudoso ex-Ministro Waldir Pires.

O segundo marco foi a instituição do Programa de Fiscalização de Municípios por meio de Sorteios Públicos.

O terceiro marco foi o lançamento do Portal da Transparência do Governo Federal.

Essa primeira década também foi fundamental para a disseminação, junto à sociedade brasileira, da cultura da transparência, do controle social e do combate à corrupção.

Mesmo frente a várias reorganizações da Esplanada, a CGU manteve o seu *status* de Ministério. Avançou nas suas entregas à sociedade. E seguiu fazendo o que faz de melhor: promovendo a transparência, a integridade pública e privada e a participação do cidadão e da cidadã.

Foi a força institucional adquirida nos primeiros dez anos de existência que nos deu as bases para seguirmos, até hoje, em um processo de contínuo fortalecimento e consolidação como órgão fundamental do Estado.

Senhoras e senhores,

Chegamos em 2023 com uma CGU madura e sedimentada em termos institucionais e estruturais.

Com seis Secretarias e unidades em todos os estados do Brasil, a CGU é o órgão central dos sistemas que viabilizam o combate à corrupção: controle interno, por meio de auditorias; correição, com a responsabilização de agentes públicos e de entes privados; ouvidoria; transparência e integridade pública.

Em cada um desses sistemas, a CGU orienta e supervisiona a atuação dos demais órgãos que compõem a estrutura do executivo federal. Nos casos mais complexos, executa diretamente ações de promoção de integridade.

Desde janeiro de 2023, demos mais um passo importante na história da CGU. Tornamos mais integradas as **agendas de atuação** do Ministério, de modo a termos **maior eficácia no combate à corrupção**.

Igualmente, temos buscado uma **atuação coordenada com órgãos** de Estado nas ações de integridade e de enfrentamento da corrupção. Como servem a um mesmo propósito – o interesse público – e respondem aos mesmos cidadãos e cidadãs, as instituições devem buscar a cooperação de forma constante.

Para escrevermos os novos capítulos da história da CGU e do combate à corrupção no Brasil também precisamos renovar nosso repertório.

A verdade é que precisamos, mais do que nunca, trabalhar na disseminação de uma cultura de integridade. E, para isso, precisamos estar cada vez mais abertos ao diálogo com todos os setores da sociedade.

Não podemos e não deixaremos de fomentar, em todos os espaços, o sentimento de zelo para com a coisa pública. Pois este zelo, o cuidado de cada um com aquilo que é de todos, é parte indissociável de uma verdadeira política de enfrentamento da corrupção.

Senhoras e senhores,

Como está bem expresso na Convenção da ONU Contra a Corrupção, a UNCAC, sabemos que não podemos desvincular **o enfrentamento da corrupção da promoção dos valores da democracia**, da ética e da justiça e do compromisso com o **desenvolvimento** sustentável e a defesa do **Estado de Direito**.

Em um país com os desafios do Brasil – e diante das enormes desigualdades regionais, sociais, raciais e tantas outras que temos por obrigação moral e constitucional combater – precisamos contar com uma atuação íntegra e livre de corrupção dos agentes do Estado.

Neste sentido, a UNCAC acerta ao exigir dos países signatários o **compromisso não apenas com a ausência de corrupção, mas também com a construção de um Estado íntegro**. Um estado que consiga cumprir com seus objetivos fundamentais, seja na relação com agentes econômicos seja, sobretudo, na sua capacidade de garantir que cada um exerça os seus direitos mais básicos.

Um estado com instituições fortes, capazes de sobreviver a aventuras antidemocráticas. E de propor **e conduzir soluções para um fenômeno tão complexo quanto a corrupção**. Fenômeno que nunca poderá ser combatido com uma “bala de prata”, mas sim com múltiplas estratégias de enfrentamento. E é isso que buscamos fazer.

Estamos implementando ações articuladas entre si, com medidas preventivas e repressivas voltadas a **promover a integridade e reduzir espaços para corrupção**. Essas ações estão organizadas em quatro eixos.

Um primeiro conjunto dessas medidas tem como foco reduzir arbitrariedades: agentes públicos ou privados não podem ter espaços para abusar do seu poder para obter vantagens.

Por esse motivo, temos orientado nossas auditorias para que elas possam identificar processos mais sujeitos a esses riscos. Aqui está a atuação historicamente reconhecida da CGU para o controle do gasto, que se concentra no uso eficiente dos recursos públicos e a racionalização de processos.

Nossa atuação de controle precisa estar focada em garantir que as principais políticas públicas não tenham desperdício, com base em análises de risco, materialidade e criticidade.

Neste âmbito, para o próximo ano, também prevemos a ampliação do nosso apoio aos órgãos públicos no desenvolvimento de políticas de integridade.

Levaremos o Programa de Promoção de Integridade por Mentoria e Assessoramento (PRISMA) para outros órgãos além do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a Codevasf.

Além disso, tivemos a alegria de anunciar, nesta semana, o inédito Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), como modelo de diagnóstico e avaliação da maturidade em órgãos públicos, para amplo uso pela Administração. E ainda nessa semana, anunciaremos a parceria com o INSS para detectar e combater possíveis fraudes previdenciárias.

Um segundo conjunto de medidas que estamos adotando tem como foco garantir robustas práticas de integridade nas relações entre setor público e setor privado.

Estamos aprimorando a integridade dos espaços de interação entre governo e atores privados, prevenindo conflito de interesses e incentivando a adoção de programas de integridade por entes privados. Com isso, contribuímos para uma contínua melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

Indivíduos ou organizações isoladas não serão capazes de construir um país efetivamente íntegro. Precisamos de uma ação coletiva pela integridade. Por isso, da mesma forma que o Estado, as empresas – organizações centrais da nossa vida econômica e social – também devem se juntar ao compromisso com a integridade.

Na semana passada, durante o evento de premiação do Selo Pró-Ética, em São Paulo, já anunciamos diversas novidades nesse âmbito. Dentre elas, ressalto o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, que tem a finalidade de alcançar empresas que compreendem a integridade como elemento essencial para seu modelo de negócios. A partir de agora, incentivaremos a que todas as empresas contratadas pelo PAC sejam signatárias do Pacto Brasil.

Na semana passada, lançamos ainda o Programa Nacional de Promoção da Integridade Privada, que promove a cultura de integridade e incentiva a adoção de mecanismos de prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes e irregularidades no setor privado.

Anunciamos, por fim, que o Selo Pró-Ética, a partir do ano que vem, começará a considerar diferentes perfis de empresas e critérios da agenda ASG em sua formulação. Assim como nas organizações públicas, não é suficiente que uma empresa não seja corrupta para que seja íntegra; ela precisa, também, institucionalizar compromissos éticos com outros valores fundamentais da sociedade brasileira.

Como vocês podem perceber, com esse conjunto de ações, em 2024 temos uma grande oportunidade de amplificar o impacto desse chamamento à integridade que fazemos junto ao setor privado. Será o ano também em que avançaremos com a regulamentação da nova Lei de Licitações que exige, em contratações de grande vulto, a adoção de programas de integridade pelas empresas.

Uma terceira diretriz organizadora de nossas ações é a de aprimorar os canais de diálogo e controle social da Administração. Nosso foco é aumentar a transparência das ações governamentais e do uso de recursos públicos e para fomentar a colaboração entre governo e sociedade.

Desde o início do ano, a partir da diretriz do Presidente Lula de que “a transparência deve ser a regra, e o sigilo, a exceção”, adotamos práticas que evidenciam nosso compromisso com um governo aberto à sociedade.

Um exemplo de avanço histórico é o que está sendo feito na parceria entre Receita Federal e CGU para publicação dos dados de renúncias fiscais no Portal da Transparência.

Essa atuação também envolve o compartilhamento de dados para a construção de soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais.

É nesse intuito que, em 2024, seremos os anfitriões de duas conferências internacionais sobre Transparência: a Conferência Latino-Americana de Dados Abertos e a da Rede de Transparência e Acesso à Informação, a RTA.

O combate incansável e inteligente à corrupção é a quarta e última diretriz que orienta a nossa gestão na CGU.

Anunciar um compromisso retórico de combater a corrupção é fácil. Difícil é fazer esse combate de *forma efetiva*.

Tornaremos o combate à corrupção mais efetivo a partir de dois caminhos: o primeiro, de aprimoramento das investigações e das sanções; o segundo, da articulação dos órgãos que atuam para combater corrupção.

Estamos atuando, por exemplo, para garantir que as informações que chegam pela ouvidoria ou por uma auditoria possam orientar apurações e reunir provas robustas para um rápido processo de responsabilização de pessoas ou de empresas em casos de corrupção.

Com isso, aumentamos a capacidade de detecção. Quanto maior nossa capacidade de descobrir ilícitos, menores os incentivos para que agentes atuem de forma ilegal.

As ações incluídas neste quarto eixo já estão mostrando resultados concretos. Em 2023, batemos o recorde de julgamento de processos de responsabilização com 63 empresas julgadas e R\$ 183,5 milhões de multas aplicadas.

Também estamos aprofundando a cooperação interfederativa no combate à corrupção. Tenho a alegria de anunciar, hoje, que estamos disponibilizando o sistema Alice - Analisador de Licitações, Contratos e Editais - para estados e municípios, dando destinação aos dados já processados pela ferramenta e que não podem ser tratados pelo governo federal, por falta de competência.

O combate à corrupção exige recursos e tecnologia. A CGU oferece, assim, uma enorme contribuição para capilarizar a capacidade de combate à corrupção por todo o país.

Por fim, parcerias com outros órgãos também contribuem para aumentar as capacidades do Estado brasileiro de detectar e punir desvios.

Por isso, realizamos uma parceria com o Cade e temos dialogado com outras autoridades para garantir uma atuação ainda mais coordenada.

E é também neste eixo que firmamos, hoje, uma importante parceria com outra instituição que, pela sua história, sua atuação e sua solidez, se constitui como uma das mais respeitadas do Estado Brasileiro: a Polícia Federal.

Trata-se da criação do Grupo Integrado CGU-PF de Enfrentamento aos Crimes de Corrupção e Desvio de Recursos Públicos – iniciativa que reunirá as experiências, a imensa capacidade de trabalho e, sobretudo, o espírito público dessas duas instituições e de seus agentes.

Senhoras e senhores,

É assim – somando esforços, atuando não com uma bala de prata que inexistente, mas com ações coordenadas, inteligentes e capazes de abordar as complexas faces do fenômeno da corrupção – que seguiremos ajudando a construir um estado e uma sociedade cada vez mais íntegros. Pois a integridade, a democracia e a justiça social sempre andarão de mãos dadas.

Muito obrigado.